



CENTRO DE INTEGRIDADE  
PÚBLICA MOÇAMBIQUE

# a *Transparência*

Newsletter

Boa Governação - Transparência - Integridade

Edição N° 17/2016 - Junho - Distribuição Gratuita



## A DECLARAÇÃO DE IMPRENSA DA MISSÃO DO **FMI EXPÕE UMA POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FORA DE CONTROLO**

# 1. Introdução

Uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve em Moçambique durante os dias 16-24 de Junho 2016. Os propósitos principais da missão foram:

- Analisar a situação macroeconómica de Moçambique
- Identificar os passos a seguir para o programa financeiro com o FMI poder recomeçar

- Confirmar os detalhes sobre as dívidas ocultas.

No referente a este último propósito da missão, foi durante as Reuniões de Primavera (*Spring Meetings*) em Washington, de 15 a 16 de Abril de 2016, que o Governo admitiu ao FMI que existiam dívidas ocultas. Estas dívidas ocultas com aval do Estado (para Pro-Indicus e MAM) causaram a suspensão pelo FMI do programa financeiro com Moçambique. A missão técnica que veio agora precisava de confirmar estes detalhes.

## 2. O Trabalho da Missão do FMI

No final da sua estadia, a missão emitiu uma Declaração de Imprensa. No contexto de declarações de imprensa duma missão do FMI, esta é sumamente franca. E, ao ser franca, é transparente e pinta uma situação grave para o Governo. Também é pouco usual que uma missão técnica (já que esta missão desde o princípio anunciava que não estava aqui para negociar) tenha um encontro com um Presidente. O facto de ter-se encontrado com ambos, o Presidente Nyusi e o Primeiro Ministro do Rosário, implica que o Governo está muito preocupado (o que é bom).

A missão apresentou o contexto da **situação económica**, a qual caracterizou como sendo de “desafios económicos difíceis”. As novas projecções do PIB da missão são de 4,5% (comparadas com 6,6% em 2015 e três pontos percentuais abaixo de níveis históricos). A missão indicou ao mesmo tempo que há riscos substanciais que ainda podem contribuir para um crescimento menor do PIB.<sup>1</sup> A missão confirmou o que já se conhecia: que a situação fiscal era demasiado expansionista, tanto durante 2015 como durante os primeiros 5 meses de 2016 (de Janeiro a Maio)<sup>2</sup>, resultando numa subida da inflação homóloga de 18,3% e uma depreciação do Metical de 28% em 2016, com as reservas internacionais em queda contínua. *O CIP interpreta isto no sentido de que a política fiscal do Governo está fora do controlo dos instrumentos à disposição tanto do Governo como do Banco de Moçambique.*

Quanto à **dívida**, a missão estima o saldo em 86% do PIB para Dezembro de 2015 (já incluindo as dívidas ocultas). Estas dívidas ocultas, de US\$ 1,4 mil milhões de dólares americanos, segundo a missão, representam 10,4% do PIB. Com isso, a missão indica que provavelmente a dívida tenha chegado a um nível alto de risco de sobreendividamento (*debt distress*).

Quanto ao desempenho do **programa financeiro negociado** em Novembro de 2015 (o *Stand-by Credit Facility* para 2015-2017), a missão realçou um aumento de crédito ao Governo (ler emissão de dinheiro) muito maior que as metas

estabelecidas para o programa. Em vista destes desenvolvimentos, a missão considera “decepcionante” o desempenho do programa.

A tónica da declaração de imprensa contém nuances negativas. A missão indica que concordou com o Governo que a situação económica precisa de um pacote de políticas económicas mas NÃO indica se chegou a um acordo sobre este pacote com o Governo. Isto, no contexto de uma declaração de imprensa que utiliza uma linguagem diplomática, faz uma diferença importante. A declaração menciona as medidas que são necessárias (ajustes fiscais e monetários e [mais] flexibilidade da taxa de câmbio) sem confirmar se o Governo acordou que tais medidas efectivamente vão ser implementadas e menos ainda quando poderiam ser implementadas. Outra evidência da necessidade de medidas é a menção do equilíbrio entre a demanda e a oferta de divisas. *O CIP interpreta isto como uma indicação que a missão está preocupada pelo aumento (parcialmente especulativo) da taxa de câmbio no mercado informal*, onde o dólar já está a 66/70 MT para compra/venda. Ao falar das medidas discutidas com o Governo, a missão enfatiza a necessidade de evitar outra descoberta de dívidas ocultas. *Para o CIP, isto indica a grande preocupação do FMI com a desonestidade demonstrada pelo Governo até agora.* Ao mesmo tempo, a missão indica que não está satisfeita com o progresso feito até agora com as investigações sobre as dívidas ocultas. Isto leva à insistência pela missão de uma auditoria internacional, mesmo quando a missão diz que está satisfeita com os últimos passos, que incluíam a criação duma comissão de investigação no Parlamento.

O final da declaração de imprensa representa um forte golpe às esperanças do Governo que, segundo as indicações recebidas pelo CIP, pensava num recomeço rápido do programa financeiro com o FMI. A missão indica que, mesmo se o Governo actuar nas áreas expostas acima, isto só abre o caminho para uma retomada de NEGOCIAÇÕES para um programa, não uma retomada do PROGRAMA!

<sup>1</sup> Neste contexto, o Standard Bank publicou uma cifra de 2% de crescimento do PIB para 2016, no dia 24 de Junho, segundo Zitarar (Standard Bank: Mozambique GDP to grow 2% in 2016, public debt ‘unsustainable’).

<sup>2</sup> A missão menciona na sua nota uma inflação de “só” 16%, sendo esta a da Cidade de Maputo.



Crédito: notícias.mmo.co.mz

### 3. Próximos passos

Os próximos passos vão indicar se o Governo está disposto a resolver de fundo a situação económica em Moçambique. O cenário mais provável e desejável (dum ponto de vista macroeconómico) seria anunciar já as medidas discutidas com a missão. O CIP estima que duas medidas em especial possam ser tomadas pelo Governo:

- Apresentação de um orçamento rectificativo ajustado às novas possibilidades de financiamento externo, quer dizer, um orçamento austero que pode incluir aumentos de impostos, além de reduções nas despesas; e
- Uma aceleração do ritmo de depreciação do Metical pelo Banco de Moçambique para reduzir as restrições nas transacções ditas “correntes” (importações, viagens) e assim facilitar a obtenção de divisas nos bancos e casas de câmbio, porém, a uma taxa de câmbio mais elevada.<sup>3</sup>

Não obstante, o CIP está ciente que, a nível microeconómico, quer dizer, para o homem da rua, isto vai significar um período doloroso de ajustamento, pois implica uma depreciação mais rápida do Metical, mais inflação (produtos mais caros num contexto de salários fixos), mais subidas nas taxas de juros, mais impostos a pagar e, possivelmente, uma queda dos empregos.

Se novas medidas não forem anunciadas rapidamente, isso implicaria que o Governo irá pelo caminho da inflação acelerada: financiará os seus gastos com crédito do BM, quer dizer, imprimindo dinheiro.

Isto resultaria num ajustamento caótico, pois aumentaria a inflação e a depreciação do Metical muito mais que com um ajustamento programado. Um ajustamento programado pelo menos tem os benefícios de poder restabelecer um equilíbrio macroeconómico que pode frear as tendências económicas nefastas dos últimos meses.

<sup>3</sup> O facto de existir um mercado informal em Moçambique é reflexo de uma política cambial desajustada do Banco de Moçambique frente às necessidades da economia privada. Ao controlar o ritmo de depreciação no contexto do regime cambial flutuante que Moçambique utiliza, cria-se um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de divisas do/para o sector privado. A diferença entre a taxa de câmbio no mercado informal e a taxa de câmbio no mercado bancário (incluindo as casas de câmbio) indica em que medida as restrições impostas pelo Banco de Moçambique (nada mais que insuficiência de vendas de divisas ao sector financeiro) afectam essas necessidades do sector privado. É um facto que a diferença entre as taxas de câmbio no mercado informal e no mercado bancário aumentou significativamente nos últimos meses, chegando a uns 10% actualmente.

# CIP

## Parceiros



## Informação Editorial

**Director:** Adriano Nuvunga  
**Equipa Técnica do CIP:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.

**Assistente de Programas:** Nélia Nhacume  
**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Layout e Montagem:** suaimagem

**Contacto:**  
Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)  
Bairro da Coop, Rua B, Número 79  
Maputo - Moçambique  
Tel.: +258 21 41 66 25  
Cell: +258 82 301 6391  
Fax: +258 21 41 66 16  
E-mail: [cip@cip.org.mz](mailto:cip@cip.org.mz)  
Website: [www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)